

## OPINIÃO

CONVIDADO



**ANDRÉ FILIPE MORAIS**  
Advogado da CCA ONTIER

## Lovechain, blockrape?

**E**m 2017, a Time surpreendia o mundo com a sua escolha de Pessoa do Ano, ao anunciar o movimento “#metoo”. Um ano depois, Kathryn Mayorga não surpreendeu menos ao acusar o astro maior da constelação futebolística – Cristiano Ronaldo – de não ter respeitado a sua vontade.

Recuando até 2008, Satoshi Nakamoto (cuja existência está envolta em tanto de mistério quanto de controvérsia) revelava ao mundo a bitcoin e a tecnologia blockchain. No ano seguinte, o código blockchain era lançado como código aberto. O seu potencial, à época apenas intuído, realiza-se desde então nas mais variadas aplicações.

Porque se cruzam estes três pontos? O que liga um movimento social, um caso judicial e uma tecnologia de registo distribuído? O consentimento. O consentimento que o #metoo quer impor a quem não o reconhece, o consentimento que Kathryn alega não ter dado e o consentimento que a tecnologia blockchain poderá registar de forma segura e descentralizada.

O ponto de encontro é uma start-up holandesa – a LegalFlings, que se propõe prestar aos seus utilizadores um serviço de registo de contratos eficazes (“Live Contracts”) para prestação de consentimento sexual e que tem na sua base a tecnologia blockchain.

Com esta app, todas as partes (podem ser mais do que duas) “assinam” digitalmente um contrato, que é depois encriptado e anexado a um pequeno valor de criptomoeda e dessa forma enviado para uma plataforma (a “Waves network”) relacionada com as criptomoedas bitcoin e ethereum. A cifra (“hash”) é registada de forma permanente e pública.

O primeiro problema é de proteção de dados pessoais – o risco de manter uma lista de pessoas com quem se envolveu sexualmente é elevado e agravado pelo facto de este registo também espelhar as apetências sexuais acordadas entre os participantes (a app permite conformar o “conteúdo” do contrato).

Por outro lado, será que os tribu-

nais portugueses aceitarão a prova do consentimento assim feita? A natureza descentralizada e não oficial da tecnologia blockchain faz com que, a par dos seus méritos, se levantem também as maiores dúvidas. Quando todos garantem a blockchain, ninguém garante a blockchain.

Em segundo lugar, a blockchain associa um determinado pedaço de informação a um concreto momento temporal. Esta característica é bem-vinda em áreas como a gestão de cadeias de fornecimento ou o registo predial, onde o não repúdio da informação é essencial.

Todavia, a imutabilidade da blockchain choca frontalmente com a dinâmica do consentimento, uma manifestação de vontade que deve estar presente em todos os momentos da relação ou, se a dado momento for retirado, cessar com ela.

Ora, a perenidade do registo blockchain não serve esta necessidade. Mesmo que um tribunal português viesse a aceitar como prova um registo blockchain, este não dispensaria uma análise cuidada das circunstâncias que de facto rodearam a relação sexual. No limite, o registo blockchain apenas responde pelo momento temporal que lhe está associado e não pelos momentos subsequentes, em que o consentimento pode ter sido retirado.

Por fim, o carácter ainda tendencialmente íntimo e reservado das relações sexuais faz com que não seja absolutamente fiável quando um dos parceiros acione o mecanismo de incumprimento da app. Aí, em princípio, continuarão a existir diferentes versões para o que realmente aconteceu.

Concluindo, a blockchain está ainda longe de ser a panaceia para os problemas que animam o movimento #metoo ou que Kathryn e Ronaldo vão discutir nos tribunais americanos. No entanto, não deixa de ser um reflexo vivo de como são cada vez menos as áreas da vida humana afastadas da tecnologia. ■

Artigo em conformidade com o novo Acordo Ortográfico

CONVIDADO



**SOTARO NISHIKAWA**  
Diretor do Departamento de Propriedade Intelectual e Inovação JETRO

## Japão e Portugal: alta tecnologia

O interesse do Japão em investir na Europa está a crescer: 11,4% do capital de risco japonês investido no exterior no segundo trimestre de 2018 foi na Europa, de acordo com o último relatório do Venture Enterprise Center. Este montante é superior ao aplicado na América do Norte. O investimento faz parte de um ciclo mais amplo: o governo japonês aposta na inteligência artificial como a chave para reescrever o projeto do país para o futuro. A ideia é simples: um maior uso de inteligência artificial e da robótica, incluindo IoT (Internet of Things), como parte central da estratégia de crescimento económico.

Neste sentido, algumas empresas japonesas, como a SoftBank e a Fujitsu, procuraram parceiros para alcançar os seus objetivos na Europa. Na verdade, a União Europeia (UE) tem atraído a maior parte do investimento do Japão no exterior, mas ainda existe um potencial considerável para uma maior expansão do investimento em tecnologia japonesa. E depois há uma novidade importante: o acordo de parceria económica entre o Japão e a UE, que poderá criar a maior área económica aberta do mundo e que entrará em vigor já no início de 2019.

Serrecuamos no tempo, o primeiro contacto entre Portugal e o Japão foi em 1543, na altura dos Descobrimientos. Foram os portugueses os primeiros europeus a chegar ao Japão. Nos últimos dez anos, o ecossistema português tem crescido exponencialmente e tem atraído grandes empresas estrangeiras que investem em bases de desenvolvimento digital como a Fujitsu, a Daimler, a Google, entre outras. O Japão tem grandes expectativas em relação ao ecossistema português, particularmente no grande potencial do desenvolvimento digital e crescimento constante do ecossistema das start-ups.

Penso que o Web Summit, realizado em Lisboa desde 2016 – e que permanecerá aqui por mais dez anos – também contribui para aumentar as oportunidades em Portugal não só para as start-ups japonesas, o que já seria importante, mas também para o Venture Capital japonês e para outros investidores. É realmente um forte incentivo para o desenvolvimento dos seus negócios nesta parte do mundo.

Ao participarmos na cerimónia de abertura do Web Summit 2018, com a participação de 69.304 pessoas de 159 países, sentimos a ambição de Portugal em ser um centro de tecnologia. Nós, JETRO, como agência governamental japonesa focada nesta área de negócio, também estamos empenhados em apoiar as empresas japonesas que desejam expandir as suas atividades em Portugal.

E o que trazemos? A fim de concretizar a “Sociedade 5.0” trazida pela Quarta Revolução Industrial, o governo japonês está a tentar utilizar o dinamismo do setor privado que faz uso de novas tecnologias e ideias para os negócios. Para isso, estamos a implementar reformas institucionais corajosas, como (1) melhoria da infraestrutura para uma sociedade orientada pela utilização de dados e (2) o estabelecimento de um contexto de sandbox. Ou seja, a criação de um espaço protegido onde se podem lançar ideias e projectos sem consequências negativas, uma atmosfera especificamente criada para experimentar e iniciar. Concretizo: o Programa J-Startup é uma iniciativa lançada pelo Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão, em que cerca de 100 start-ups recebem medidas de apoio intensivo que lhes permitem desenvolver negócios no exterior. ■

Artigo em conformidade com o novo Acordo Ortográfico

São cada vez menos as áreas da vida humana afastadas da tecnologia.